

MARIA ZILDA FERREIRA CURY*

REVOLUÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL**

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo a reflexão sobre o conceito de revolução e suas implicações na Primeira República no Brasil. A obra jornalística de Raul Pompéia é um exemplo do espírito radical de parte da intelectualidade do período.

RÉSUMÉ

Cet essai a pour objet de réfléchir sur le concept de révolution et ses implications dans la 1^{ère} République au Brésil. L'oeuvre de Raul Pompéia est un exemple de l'esprit radical de quelques intellectuels du période.

* Professora de Teoria de Literatura da FALE/UFMG.

**Esse artigo foi publicado, inicialmente, em CADERNOS DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA PUC/MG, Vol. 1, nº 1, mar. 91.

No ano em que se comemora o bicentenário da Revolução Francesa, é interessante que se faça coros às discussões que a data vem suscitando em toda parte.

Há pertinência na sua comemoração no Brasil (especialmente no ano em que também se comemora entre nós o centenário da Proclamação da República), entre outros motivos, por ter ela, a Revolução, exercido uma influência marcante e duradoura na nossa produção intelectual, na nossa ideologia política, na disseminação das idéias liberais no Brasil.

Segundo Starobinski¹, tão viva é a luz emitida pela Revolução que não há fenômeno contemporâneo que ela não ilumine. A colocação que aqui nos interessa é que com ela há uma decisiva mudança no conceito mesmo de revolução², ainda que de alguma forma essa mudança já estivesse implícita na formulação dos iluministas. A palavra revolução que até então recobria o sentido de simples restauração de uma ordem perturbada, com a Revolução Francesa passa a significar a crença na instauração de uma ordem nova. Ao invés de significar a procura da liberdade nas velhas instituições, passa a abranger no seu significado a criação de instrumentos de liberdade, rompidos com o passado.

Hannah Arendt nos diz que:

"O conceito moderno de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o decurso da história começa subitamente de novo, de que uma história inteiramente nova, uma história nunca anteriormente conhecida ou contada, está prestes a desenrolar-se, era desconhecido antes das duas grandes revoluções do século dezoito." ³

Logo se depreende a característica fronteiriça demarcada na conceituação pela Revolução Francesa⁴.

A mesma Arendt adensa o conceito:

"(...) sō podemos falar de revolução quando ocorre mudança no sentido de um novo começo, onde a violência é empregada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para conseguir a formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão visa, pelo menos, a constituição da liberdade.

(...) o espírito revolucionário dos últimos séculos, isto é, a ânsia de libertar e de construir uma nova casa onde a liberdade possa morar, não tem precedentes nem semelhança em toda a história anterior."⁵

No Ocidente, nos afirma Renato Janine⁶, é a primeira vez que um movimento importante poderá apresentar a si mesma como revolução, propor o novo enquanto tal, e isso porque o novo aparece encarnando a razão, a luz, a liberdade, o progresso.

E é justamente enquanto acontecimento propiciador da mudança conceitual de revolução que ela nos interessa.

Se, no final das contas, a Revolução Francesa não significou a instauração de uma república democrática, possibilitou ao povo francês uma consciência nacional e ao mundo a certeza de que a França era a matriz das idéias iluministas. Assim, naquele momento, revolução e identidade nacional caminharam pari-passu a um desejo de universalização dos ideais revolucionários.

O tema identidade nacional, por sua vez, fala muito de

perto à nossa condição de país colonizado.

Identidade refere-se a um princípio que faz com que algo seja tão próprio que sua singularidade o torna diferente. Desse modo, só se tem a identidade frente a uma alteridade⁷.

Num país colonizado — política e culturalmente falando — a questão da identidade é sempre particularmente contraditória e dilacerante, porque nos coloca frente a um outro cuja referência simultaneamente nos é imprescindível para a afirmação da identidade e nos é indispensável superar pelo mesmo motivo.

Desse modo, é pertinente repensar esses conceitos através de um corte em algum momento decisivo de nossa realidade e repensar a República nesses termos me parece bastante procedente.

As mudanças políticas no Brasil sempre se caracterizaram por seu caráter não-revolucionário, entendido o revolucionário naquela acepção inaugurada pela Revolução Francesa.

A despeito de muitas vezes contarem essas mudanças com a participação popular ou terem sido fruto da pressão das camadas populares, concretizaram-se como rearranjos de poder no interior das classes dirigentes, não apresentando a conotação imprescindível à revolução, ou seja, a mudança profunda nos sistemas político, social e econômico.

Desse modo, ainda que se apresentem muitas vezes como tal, essas mudanças não são propriamente revolucionárias, mas processos de conciliação para, muitas vezes, garantirem a "continuidade na mudança":

"Conciliação e transigência, visando a evitar rupturas. Na experiência brasileira, essa perspectiva tem resultado na acomodação de setores dirigentes das elites em função de interesses fundamentais que lhes são comuns."⁸

Os momentos de mudança registrados por nossa historiografia podem ser conceituados como "revolução passiva" — para usar a terminologia gramsciana — caracterizando como conservadores os processos de modernização que marcaram a nossa história.

"O que ocorreu no Brasil foi que esse desenvolvimento para o capitalismo se deu através de um tipo de transição que Gramsci chamou de 'revolução passiva' ou 'pelo alto'; e, como já discutimos antes, essa é uma tentativa de se antecipar às pressões populares, mas de empreender esses processos sem ruptura essencial com o passado. E isso é feito através do que também Gramsci chamou de 'transformismo'."⁹

E transformismo é aqui compreendido como o trabalho de cooptação por parte das classes dominantes de setores antagônicos no seu próprio interior, de modo que a configuração geral do sistema mudasse sem grandes rupturas. Isso dava condições de manutenção do estabelecido enquanto se assimilavam mudanças.

Em outro texto¹⁰, Carlos Nelson Coutinho conceitua a revolução passiva — contrapondo-a à popular que é realizada jacobinicamente a partir de baixo — nos seus dois

momentos de restauração (preventivamente à possibilidade de uma efetiva revolução) e renovação (na medida em que, apesar de tudo, acabam por ocorrer mudanças como prevenção por parte ou à revelia das classes no poder).

A despeito disto tudo, ainda que não colocando o debate substancial sobre a estrutura econômica, os momentos de mudança política no Brasil são instância privilegiada para a discussão da nacionalidade, como acontece nos primeiros tempos republicanos. Mas como não representa no Brasil uma revolução tal qual, o par mudança política e identidade nacional sã pode ser apreendido por contradição.

O corte aqui privilegiado faz-se do ponto de vista de um autor que vivenciou de forma extremamente crítica um desses momentos de mudança: Raul Pompéia.

Como autor de **O Ateneu**, obra pela qual é mais conhecido, numa escrita assassina, desmistificou a retórica que embasava a educação das camadas dominantes do Império. Aristarco — o todo poderoso diretor do colégio — metáforiza o imperador e, mais do que ele, a classe dos políticos do Império, camaleônica e interesseira¹¹. Sérgio — o aluno-narrador — reconstrói, através da memória, sua vida no colégio e destrói, pelo fogo, o arcabouço educativo, instituição indispensável na preparação para o domínio de classe.

Se, dessa forma, alegórica e anarquicamente, Raul Pompéia faz ruir — desconstruindo nos seus avessos — a retórica da Educação e do Poder no II Império, através dos artigos políticos publicados em jornais, expõe claramente suas idéias abolicionistas e republicanas, adensando

a crítica ao Império e, mais tarde, à República nascente.

A configuração do II Império brasileiro foi dada por um ideário tradicionalista que via a identidade nacional como a indissociação entre sociedade e Estado.

Na literatura, essa configuração se expressou no nacionalismo exaltado e por um discurso abolicionista baseado na noção pseudamente democratizadora da fusão racial.

Raul Pompéia, pelo contrário, vê a nação de forma aflitiva e inquietante. Seu nacionalismo não é o do amor pelo país ou a exaltação dos valores da nacionalidade, mas antes um nacionalismo que odeia, cuja mediação é a contradição.

Seu abolicionismo revela-se na defesa dos escravos, que, insurgindo-se contra seus senhores, acabam por matá-los. Essa defesa de uma saída pela violência — que, por sua vez, é exposta como fruto de uma estrutura ainda mais violenta de servidão -- certamente era diferente da retórica abolicionista que marcava os escritos da época. Assim ele se expressa em artigo de um jornal paulista, em 1882:

"É assim que por baixo de todas as camadas da opressão, ruge sempre um frêmito vulcânico de liberdade. Quando o escravo assassina o senhor, a lei o condena e a natureza o absolve. A natureza é o direito. Quem mente é a lei." 12

Essa experiência do "jus naturalismo", do direito natural, também se acha presente nos escritos dos iluministas e no ideário da Revolução Francesa. Aqui, numa sociedade escravocrata, por exprimir-se numa proposta anarquista, ao mesmo tempo que denuncia a servidão, desmistifica a retórica

aboliconista da "concessão" da liberdade.

A Revolução Francesa, quase um século depois, ainda é uma referência forte para inspirar lutas políticas, como as da República. Em artigo intitulado "14 de julho", em 1883, escreve Pompéia defendendo os ideais republicanos:

"14 de julho é o ponto final das opressões do passado, julgadas e condenadas perante o plebiscito da humanidade.

Restam, entretanto, as opressões modernas. Parece que a Bastilha sobrevive, transformada." (p. 116)

Seu alvo: o Império e a estrutura sócio-política que lhe dava apoio.

Pompéia empenha-se na luta republicana ligando-se a um grupo político radical: os jacobinos. Como se revela à primeira vista pelo nome, o grupo se inspirava claramente na Revolução de 1789. Os jacobinos brasileiros¹³ não eram artesãos como os jacobinos franceses. Entre suas fileiras contavam com militares e alunos da Escola Militar, elementos populares e das camadas médias, alguns "civis de cúpula" e parlamentares. Tinham uma postura exageradamente nacionalista, chegando à xenofobia, principalmente contra o elemento português. Isto se dava porque este último era imediatamente identificado à monarquia, contra a qual se posicionavam frontalmente, animados pelo ardor republicano. Além disso eram contra o bacharelismo, anticlericais e, já àquela época, favoráveis à instrução pública e à militarização completa do Estado. Defendiam igualmente uma

maior oportunidade de participação dos grupos urbanos. Proponham ações violentas para alcançar seus objetivos.

Na agremiação, Pompéia exercia a função de agitador de idéias representando um elo entre parte da intelectualidade e os jacobinos ativistas.

O radicalismo violento que marcou a atuação dos jacobinos no final do Império e na Primeira República assume no discurso do escritor, a busca crítica de caminhos para a afirmação da nacionalidade.

Diz ele:

"Tivemos um dia a revolução da dignidade humana. Tivemos a revolução da dignidade política. É preciso que não tarde a terceira revolução. A revolução da dignidade econômica, depois da qual somente, poder-se-á dizer que existe a Nação brasileira." (p. 124)

O momento histórico é tenso. Nele coexistem dois nacionalismos: o conservador, ufanista e patriótico e o radical, no qual já se registrava a crítica à ideologia dominante.

Radicalmente nacionalista, ligado — como bom jacobino — a Floriano Peixoto (como, de resto, acontecia com boa parte da intelectualidade mais crítica), Raul Pompéia, mesmo assim percebe e denuncia os interesses da classe cafeeira disfarçados no discurso universalizante do partido republicano. Mais uma vez a referência à Revolução Francesa é recurso para a desmistificação crítica: "**Os vossos barretes frígios não passam de coadores de café**" (p. 136).

A invectiva se dirige aos cafeicultores de Campinas, Plutocracia que efetivamente estava assumindo o controle do regime republicano e que excluía do governo os militares e os jacobinos, frações importantes nos primeiros momentos de mudança do regime¹⁴. Atrás do patriotismo e da identidade nacional impostos pelo nacionalismo meufanista, percebe o escritor a burguesia agrária comercial.

No fundo, o que esse intelectual radical denuncia é a vacuidade das fórmulas do liberalismo (europeu, de origem) numa sociedade onde eram vigentes a exclusão e o domínio de classe. A retórica da nação — descaracterizando o que originalmente o liberalismo teria de revolucionário ou transformador — ocultava uma prática injusta: favorecia as minorias já que sō podiam ser considerados cidadãos os que tinham propriedade e como tal se faziam representar no poder.

Num conto, significativamente escrito em francês, Pompeia nos defronta com um rico fazendeiro de Campinas, republicano de "corpo e alma". Andando pela fazenda, chega a perceber a natureza entoando a Marselhesa. Entusiasmado, ouvindo do sabiã os trinados do hino revolucionário — justamente desta ave tão cara à nacionalidade — vibra de ardor republicano e libertário. Segundo o narrador, imbuí-se o personagem da "explêndida miragem acústica do concerto que 89 lançou através dos séculos".

Na noite do mesmo dia, vai à fazenda vizinha comemorar o 14 de julho junto a outros republicanos.

É recebido por escravos em fila que, sobre a brancura de suas camisas de algodão, logo abaixo do número de

matrícula, trazem bordados em vermelho o barrete frígio usado pelos revolucionários franceses.

Expressa-se assim dolorosamente a identidade. O emblema libertário, tomado de empréstimo ao europeu revolucionário, cinicamente é usado para, com a bandeira retórica do republicanismo, encobrir uma realidade social de opressão e servidão. Mas, é uma realidade que se vela manifestando-se ao mesmo tempo, metaforicamente colocando a contradição da proposta de mudança social inscrita lado a lado à marca da servidão que a negaria.

Nesta mesma festa da liberdade e de juras aos ideais republicanos, recebe o fazendeiro a notícia da morte de um escravo no tronco.

Assim, com extrema ironia, como já fizera com a retórica que dá base — através da educação — à prática das classes dominantes, também desconstrói o discurso republicano, denunciando a natureza elitista e antidemocrática que assumiram as idéias liberais no Brasil — "idéias adequadas e no lugar" — porque suportavam (no duplo sentido de "agüentar" e "dar suporte") a convivência com a escravatura e o favor.

Finalizo retomando o que disse no início. O conceito de Revolução tal qual é entendido a partir da Revolução Francesa não se aplica, a rigor, às mudanças políticas no Brasil porque constantemente há uma prática que afasta a possibilidade revolucionária, apontando para mudanças somente de conciliação e pelo alto. As idéias liberais difundidas pela Revolução Francesa servem na medida para dar suporte a essa prática de efetiva exclusão social que

caracterizou e ainda caracteriza em grande parte o regime republicano brasileiro.

Mas, ao mesmo tempo, essa prática que, a cada passo, definiu os limites do liberalismo e das idéias revolucionárias, também definiu as condições de sua superação.

A necessidade nesses momentos da busca de identidade nacional acaba por fazer aflorar na postura de parte da intelectualidade o inconformismo e a crítica.

NOTAS

1. STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
2. Cf. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. de João Ferreira, Carmen C. Varriole e outros. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.
3. ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Trad. de I. Moraes. Lisboa, Moraes Editores, 1971, p. 28.
4. Ainda que Arendt tenha se referido também à Revolução Americana, faz diferenças entre esta e a Francesa, sobrelevando o papel da última na constituição moderna do conceito de revolução: "foi a Revolução Francesa, e não a Americana, que pôs o mundo em fogo, e foi, consequentemente, a partir da Revolução Francesa, e não no decorrer dos acontecimentos na América ou dos atos dos Fundadores, que o presente uso da palavra 'revolução' obteve as suas conotações e matizes em toda parte, inclusive neste país".
ARENDDT, Hannah, op. cit., p. 54.
5. Idem, ibidem, p. 34.

6. RIBEIRO, Renato Janine. "A Revolução, uma novidade". In: **Folha de São Paulo**, 29/10/1988, nº 615.
7. Julia Kristeva, ao nos falar da "estranhidade", também lança mão do par indissociável mesmo/outro, estrangeiro/nós:
"Étrangement, l'étranger nous habite: il est la face cachée de notre identité, l'espace que ruine notre demeure, le temps où s'abîment l'entente et la sympathie. (...) l'étranger commence lorsque surgit la conscience de ma différence et s'achève lorsque nous nous reconnaissons tous étrangers, rebelles aux liens et aux communautés".

KRISTEVA, Julia. **Étrangers a nous-mêmes**. Mesnil-sur-1'Éstrée, Éditions Fayard, 1989, p. 9.
8. DULCI, Otávio Soares. "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia". In: **Ciências Sociais Hoje**, 1984. (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Cortez, 1984, p. 22.
9. COUTINHO, Carlos Nelson. "Questões teóricas e políticas" (exposição). In: GARCIA, M. A. (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: CEDEC, 1986, p. 64.
10. COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: NOGUEIRA, M. A. (Org. e Trad.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
11. SANTIAGO, Silviano. "O Ateneu: Contradições e Perquirições". In: **Uma literatura nos Trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo, Perspectiva: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

12. POMPEIA, Raul. "Srs. Escravocratas". In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Raul Pompeia: Escritos Políticos**. Vol. V. Rio de Janeiro, MEC-FENAME, Editora Civilização Brasileira, 1982, p. 61.
Todas as citações de Raul Pompeia foram tiradas deste volume e, daqui por diante, só serão feitas pelo número de página e no corpo do trabalho.
13. Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: Jacobismo: ideologia e ação - 1893-1897**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
14. Assim como veremos também em outros exemplos, não parece pertinente a crítica que Suely Queiroz faz a Pompeia. Se ela tem razão quando diz que os jacobinos brasileiros atacavam monarquistas e portugueses antagonistas aparentes — e deixavam de lado os oponentes reais, ou seja, a oligarquia paulista—parece-me que Pompeia, embora Jacobino, tem a visão do problema. Se o escritor também invectiva nos seus artigos contra os portugueses e é ferrenhamente anti-monarquista, percebe claramente os reais oponentes da pureza dos ideais republicanos não merecendo a crítica na qual a autora o inclui.
Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis, op. cit., p. 272.